

6475

006475

**CONTRIBUTOS PARA UMA EXPLICAÇÃO
MARXISTA DA INFLAÇÃO
REFERÊNCIAS À REALIDADE PORTUGUESA**

PELO Dr. CARLOS PIMENTA



UNIVERSIDADE POPULAR DO PORTO

Apresentação

1. O presente curso é autónomo em relação ao realizado no ano lectivo transacto, intitulado "Inflação em Portugal - realidade, teorias e políticas". Para quem o frequentou tem agora a possibilidade de continuar a aprofundar os conhecimentos e a intervenção social esclarecida então iniciados.

2. Designamos de "Contributos para ..." porque não temos a veleidade de apresentar uma explicação acabada da inflação em Portugal e passar uma receita para a cura de tal flagelo.

Muitas razões justificam esta limitação. Umas radicam-se na complexidade do fenómeno e na incapacidade de encerrá-lo no estreito campo do económico. Outras têm que ver com as condições sociais de produção dos conhecimentos científicos e o atraso das pesquisas sobre a sociedade portuguesa. Outras ainda serão a directa expressão das insuficiências do autor. Todas estas não merecem aqui e agora mais comentários. Uma há, contudo, que tem que estar presente: a economia política constroi-se na interacção entre a luta dos trabalhadores pela transformação do mundo e a construção teórica. O estudo concreto da inflação enquadra-se nesta dialéctica.

3. Como consta do documento de apresentação do curso, este é constituído por quatro capítulos, a saber:

1. Caracterização da inflação: Sua aplicação ao caso português
2. Falência das explicações vulgares. Erro e demagogia nas políticas anti-inflacionistas
3. Contributos para uam explicação marxista da inflação
4. Combater a inflação em Portugal

O terceiro constitui o núcleo central e será aquele que nos exigirá maior atenção.. Decompo-lo-emos em cinco pontos:

- 3.1. Princípios fundamentais
- 3.2. Algumas componentes impulsionadoras da inflação
- 3.3. Evolução do factor permissivo
- 3.4. Para um modelo de conjunto
- 3.5. Referências do modelo à realidade portuguesa

Os dois primeiros capítulos apresentam matérias de grande relevância e complexidade mas serão apresentados resumidamente. Visam mostrar que a adopção de uma explicação marxista para a inflação é um imperativo de rigor científico.

O quarto capítulo é a extrapolação política do que o antecede.

4. O curso não dará lugar à elaboração de texto específico quer por impossibilidade de tempo para o fazer quer porque os assuntos abordados já constam de outros trabalhos publicados pelo autor e que vão referidos na bibliografia. Os ainda não publicados constam do presente caderno.

Contamos, contudo, no fim do curso possuir um conjunto de apontamentos esquemáticos que serviram de base às sessões que, completados com alguns pequenos comentários poderão ser objecto de edição.

Bibliografia

Nas linhas seguintes referiremos o mínimo de trabalhos que nos parecem fundamentais para a compreensão do problema, optando pelos que existem em língua portuguesa.

Se alguns dos participantes do curso estiverem interessados em aprofundar algum assunto geral ou específico estaremos ao dispor para a apresentação de vasta bibliografia complementar.

A preferência pela indicação de trabalhos do autor do curso significa apenas que são os mais próximos dos assuntos e sequência de apresentação dos temas

Do capítulo 1

- PIMENTA, Carlos - "Apontamentos de Inflação em Portugal", 1982, Universidade Popular do Porto (Da 1ª à 4ª sessões)
- PIMENTA, Carlos - "Combater a Inflação, Promover o Desenvolvimento", 1982, Comunicação à I Conferência nacional dos Economistas (extracto publicado em anexo)

Do capítulo 2

- PIMENTA, Carlos - "Salários, Contratação Colectiva e Inflação", Revista Técnica do Trabalho nº 1, 1979 - Junho, p. 131-150
- PIMENTA, Carlos - "Salários e Preços - Quem é Responsável pelo aumento de preços?", Seara Nova 1581, 1977-Julho

- PIMENTA, Carlos "Inflação e Demagogia - Breve apontamento sobre a Resolução nº 56 - A/80", Revista Técnica de Trabalho nº 4, 1980-Junho, p.167-168
- PIMENTA, Carlos "A Alegoria dos Preços no Consumidor 1980", Revista Técnica de Trabalho nº 5/6, 1980 - Dezembro, p. 173-7
- PIMENTA, Carlos "Apontamentos de Inflação em Portugal", 1982, Universidade Popular do Porto (Da 8ª sessão e seguintes)

Do capítulo 3

(Bloco A do gráfico)

- GONZÁLEZ, Humberto Pérez, Economía Política do Capitalismo - Breve Exposição da doutrina económica de Marx, Lisboa, Seara Nova, 1ª Edição, 1979, 2 volumes

(Bloco B do gráfico)

- BOCCARA, Paul - Études sur le Capitalisme Monopoliste d'Etat, Sa Crise et son Issue, 1973, Paris, Ed. Sociales. Traduzido em português e editado por Estampa
- BOCCARA, Paul e outros - Le Capitalisme Monopoliste d'Etat, 1971, Paris, Ed. Sociales. Traduzido em português e editado em varios volumes por Seara Nova
- TCHEPRAKOV, Victor - Le Capitalisme Monopoliste d'Etat, 1969, Moscovo. Ed. Progresso

(Bloco C do gráfico)

- BRUNHOFF, Suzanne - La Monnaie Chez Marx, 2ª Ed. 1973, Paris, Ed. Sociales
(Mal traduzido em português e editado por RÉS)
- BRUNHOFF, Suzanne, Política Monetária - uma tentativa de interpretação marxista, 1974, Lisboa, Assírio e Alvim
- PIMENTA, Carlos, "A banca e a política de crédito - alguns apontamentos gerais sobre crédito", EC - Questões Económicas e Sociais nº 10, 1977-Setembro, p. 19-35
- PIMENTA, Carlos, "Inflação Porquê e para Quem?" in Monopolios e Política Anti Monopolista no Portugal de Hoje, 1975, Porto-Ed. Limiar
- PIMENTA, Carlos, "Para uma análise marxista da inflação", EC-Questões Económicas e Sociais nº 13, 1978-Março, p. 31-63

6

ELEMENTOS BIBLIOGRAFICOS

1. Notas Introdutórias

1.1 A inflação constitui hoje um problema social central. Ultrapassando o económico invade o político, o ideológico, o psicológico, o social na sua globalidade. Constitui variável dos modelos empresariais, nacionais e internacionais, descritivos ou previsionais, conjunturais ou de longo prazo.

Não poderíamos ter a pretensão de numa breve comunicação tratar, ainda que sumariamente, todos os meandros do seu tecido problemático. Dificuldade tanto maior quanto os estudos sobre a inflação em Portugal são ainda bastante escassos, fragmentados e enfermando do individualismo que a falta de estruturas de investigação colectiva e interdisciplinar acarreta, apoiada de quando em vez num mesquinho jogo de "prestígios" pouco compatível com o idóneo labor científico. Limitar-nos-emos a visualizar a inflação em conjugação com o tema central desta Conferência isto é, interligada com o desenvolvimento e dirigida para a enunciação de directrizes globais de intervenção política, a qual deve ser entendida como acção estatal qualificada pela existência de uma sanção, assente em leis objectivas que estruturalmente a determinam, emergentes do funcionamento do económico e da superestruturalidade do Estado numa determinada fase histórica.

Começaremos este nosso sobrevoo por uma precisão do que entendemos por inflação, exigência que se impõe pela insuficiência grave da sua vulgar identificação com a alta geral de preços e a diversidade das caracterizações mais completas que as escolas e os autores têm formulado, articulando a universalidade capitalista do fenómeno com a especificidade da sua manifestação em Portugal. A esta panorâmica da inflação, que lhe reforçará a historicidade e afastará as visões estritamente conjunturalistas, acrescentaremos uma referência sintética das políticas designadas de anti-inflacionistas, o que permitirá deduzir a sua inadequação ao fenómeno objectivo que dizem procurar resolver ou atenuar. Deste ponto resultará com clareza, se de tal formos capazes, que se pretendermos combater a inflação teremos que promover uma política radicalmente diferente que não se expressará pela mera continuação de desvio de contradições do sistema capitalista.

De seguida entraremos no cerne da nossa comunicação analisando as unidades e os antagonismos entre a inflação e o desenvolvimento económico numa relação unívoca da primeira para o segundo. Para tal faremos uma inventariação de algumas das consequências do processo inflacionista que são, ou podem ser, referidas como impulsionadoras ou obstaculizadoras do desenvolvimento económico e progresso social, ora fazendo-as emergir do foro nacional ora conjecturando com base nos ensinamentos estrangeiros, destacando-se a vasta literatura latino-americana sobre este tema. Complementá-la-emos com uma breve referência às consequências da "inflação" enquanto fenómeno ideológico. Se do ponto anterior concluímos pela necessidade de uma nova política anti-inflacionista, deste ressalta que as contradições en-

tre a inflação e desenvolvimento são mais fortes, quantitativa e qualitativamente, que as suas concordâncias. Procuraremos a síntese dos ensinamentos anteriores fazendo o bo quejo de algumas das alterações da sociedade portuguesa, não-utópicas, capazes de impôr a simultaneidade do combate à inflação e o desenvolvimento económico, enquanto frutos de um mesmo conjunto de transformações sociais e políticas económicas sem que entre eles se possa estabelecer uma qualquer relação de causalidade.

1.2 Embora tudo o que consta desta comunicação seja o resultado do estudo de diversos autores, da observação dos dados estatísticos nacionais e de ensaios, dispensar-nos-emos de grandes referências bibliográficas, de quadros estatísticos ou da apresentação dos re sultados econométricos. Apenas aqui ou além colocaremos em nota alguns desses aspectos para que as afirmações que remontem às realidades menos conhecidas ou mais polémicas não surjam como gratuitas ou exteriores à ciência. Também as considerações epistemológicas embora presentes em todo o trabalho raramente são explicitadas.

Resta acrescentarmos que este trabalho não seria possível sem o apoio e ajuda de mui tos intervenientes cuja enumeração seria longa ou impossível, posto o anonimato de muitos(*).

2. Caracterização breve da inflação. Desajustamento das políticas anti-inflacionistas

2.1 Seria deslocado da nossa temática referir a evolução histórica do significado do termo "inflação" desde a sua raiz etimológica até aos dias de hoje, assim como dos seus deri vados adjectivados "inflaccionário", "inflacionista". Nela encontraríamos uma passagem da linguagem corrente para a terminologia científica da economia,⁽¹⁾ de adjectivo ou su bstantivo ligado a empolamento passageiro de massa monetária para o de aumento dos preços, ora em sentido micro ora macroeconómico, aqui designando um fenómeno passageiro e anormal, além num contexto estrutural. Nela encontraríamos a expressão linguística da evolução da acumulação capitalista e da dominação relativa das diversas teorias que procuram explicar a inflação. Os seus ensinamentos seriam úteis para desabsolutizar algumas concepções correntes ou varrer ideias feitas sistematicamente reconstruídas pelo status quo. Seria também despidiendo arrolar os significados muito diversos que lhe são atribuídos na literatura económica contemporânea ou nos discursos políticos que vai desde a persistência num signifi cado monetarista - "inflação de moeda e crédito", "desvalorização da moeda" - à directa re lacionação com os preços, desde a mera atenção nos fenómenos visíveis ou imediatamente men suráveis - "aumento de preços" - até à simultânea consideração daqueles e das realidades

(*) Serã necessário deixar aqui expresso um agradecimento particular à Mme Suzanne de Bruhnoff, a todos que comigo tem trabalhado no GEMOR - Grupo de Estudos para o Modelo Regis, ao dr. Mendes de Oliveira e ao prof. Armando de Castro. Entre os muitos anónimos situamos todos os que têm contribuído para uma prática social do autor e bastantes alunos. Todos os que têm procurado dificultar o nosso trabalho de investigação sistemática também têm con tribuído contraditoriamente: revelaram-me que em Portugal contribuir para o progresso cien tífico é lutar.

metafenomenológicas - "desajustamento de evolução de preços e de valor" -, desde a conjunturalidade, pontualidade e a-historicidade - "todo e qualquer aumento de preços" - à estruturalidade temporal atípica - "tendência estrutural ao aumento de preços que se verifica nos dias de hoje" -, desde as caracterizações teorizadas que já envolvem uma explicação - "aumento de preços que resulta do hiato entre procura e oferta efectivas" - até à vasta gama das que deixam a pesquisa em aberto. Diversidade donde ressaltam algumas linhas de força: persistência da sua identificação com o aumento geral de preços, crescente realce da sua natureza macroeconómica e estrutural, remetendo esta última para a sua interligação com o funcionamento total da sociedade capitalista, o realce da existência de componentes metafenomenológicas.

Não nos cabe aqui traçar o contorno de tais panorâmicas mas as referências parcelares e furtivas que formulamos devem ter o mérito de mostrar que uma caracterização da inflação portuguesa no início deste trabalho não constitui esforço vão, mas antes precisão de conceitos indispensável à compreensão de algumas das locuções posteriores. A adopção implícita do termo "inflação" sem explicitação do seu conteúdo conduziria o leitor para noções que reputamos de insuficientes.

De uma forma sintética podemos dizer que a inflação é uma realidade inerente à sociedade capitalista numa sua fase histórica com unidade na mundialidade daquela formação social e moldada nas especificidades de cada realidade nacional, cuja natureza profunda é o hiato estrutural entre a massa de valores e a massa de preços e salários não imputável à diminuição do valor do ouro e que se exprime fenomenologicamente no aumento diferenciado geral crónico dos preços dos produtos industriais e serviços e dos salários, diacronicamente heterogeneo e decomponível em fases qualitativamente diferenciadas. A especificidade nacional da inflação é dada pelas particularidades do hiato, pela sua inserção na economia mundial e pelo seu faseamento interno. No referente a este aspecto podemos considerar que a inflação portuguesa é decomponível em três períodos distintos: um primeiro de germinação, que, grosso modo, se estende desde a primeira década do presente século até ao fim da crise de 1929/33, um segundo que vai desde o início da década "50" até ao início da década seguinte e, finalmente, um terceiro que se inicia em 1973 e se estende até aos dias de hoje; nos intervalos temos fases de transição, apresentando cada uma as suas particularidades.

Sem pretendermos justificar, pormenorizar e quantificar todas as componentes desta caracterização sintética, o que exigiria a manipulação de um banco de dados com mais de meia centena de milhar de dados e necessitaria de espaço de centenas de páginas de escrita - como o fizemos noutro local -, conviria explicitar o significado de algumas das formulações anteriores. Dizemos que é inerente à sociedade capitalista porque a observação do comportamento da evolução de preços desde a fundação da nacionalidade portuguesa, e não só, revela que o capitalismo e a formação do mercado interno introduziu-lhe fortes especificidades detectáveis fenomenológica e metafenomenologicamente e porque em socialismo a tendência global dos preços e salários é bastante diferente - mes-

mo em países com altas de preços como a Polónia ou a Hungria -, mesmo contraditória com as características da inflação. Dizemos que é específica de uma determinada fase histórica porque o capitalismo é-lhe prégio como resalta do faseamento atrás apontado. E em todo o mundo capitalista há inflação em resultado de dois factos com canais próprios de revelação:

a) em todos os países capitalistas existe, no essencial, o mesmo tipo de relações sociais de produção com suas contradições internas; b) existem mecanismos de propagação do processo inflacionista que vão desde a articulação mundial dos diversos tipos de moeda na imperiosidade de reprodução do equivalente geral até aos movimentos de capitais e às transacções de bens e serviços. Eles apresentam entre si uma hierarquização decrescente correspondente à anterior apresentação, comprovado pela posição das diversas categorias económicas no quadro das leis da acumulação e pela experiência histórica mundial. A inflação apresenta em cada país um conjunto de especificidades que é, por um lado, a continuação da dispersão internacional da dinâmica dos preços e salários anterior ao próprio processo inflacionista e, por outro, um resultado de cada país apresentar um conjunto de particularidades nas suas relações sociais e correspondentes superestruturas e uma determinada posição na divisão internacional do trabalho.

A parte seguinte da caracterização exige algumas notas mais completas e complexas de que só esboçaremos os enunciados: a) Quando falamos em preço estamos a englobar num todo o preço das mercadorias vulgares, mais rigorosamente das mercadorias metamorfoseáveis em capital-mercadoria, e o preço da força de trabalho, correntemente designado por salário; entre o que se designa por salário e por preço existem diferenças mas ultrapassáveis na unidade imposta pela natureza da mercadoria e funcionamento unitário de lei do valor - independentemente de qualquer consideração econometrico-empírica sobre as relações entre salários e preços⁽²⁾ convirá nunca perder de vista que elas não constituem categorias em luta e observáveis univocamente. b) Os preços são a expressão monetária do valor, entendido como incorporação de trabalho humano resultante da divisão social do trabalho e da existência de produtores independentes interdependentes; o aumento de preços com as características referidas apenas constituem fenómeno novo porque nem é o resultado de um aumento da quantidade de valor nem é uma manifestação da diminuição do valor do ouro, com influência difusa num sistema monetário marcado pela desmaterialização. c) O hiato entre a massa de valores e a massa de preços - com um crescimento desta mais acelerado que daquela, que tende a ser negativo - é estrutural porque exprime a lei de valor numa determinada fase histórica do capitalismo, sem que tal imponha um sua decomposição na fracção estrutural, por um lado, e nas parcelas conjuntural, local ou pontual, por outro, pois estes não são neutrais - a estrutura manifesta-se, evidencia-se, na conjuntura. d) No comportamento dos preços é necessário considerar a sua estrutura global e nela se destacam três processos com características próprias: dispersão, generalidade, carácter crónico; cada um tem a sua fase histórica de nascimento e moldagem, devendo ser encarados na sequência atrás apresentada. É a dispersão, inerente aos movimentos dos

preços, que dificulta na realidade as possibilidades de "equilíbrio", agrava as tensões e transforma-o em fenómeno social-político. Não é neutral perante a dinâmica dos outros dois processos e da globalidade da estrutura de preços: os movimentos dos "preços relativos" e dos "preços absolutos" formam um todo sem componentes justapostas. A dispersão nega a generalidade e esta só pode ser compreendida por uma delimitação da amostra - com exclusão dos preços dos produtos primários, que continuam a afastar-se do carácter crónico, nevrálgico para a inflação, e caminhando para os mercados mais próximos do consumidor - e pela introdução de um critério sociológico - a generalidade dos preços dos bens de consumo corrente popular sofrem aumentos. O carácter crónico, aspecto fundamental, exprime diversas realidades, que contribuem para detectar as diversas fases da inflação: o aumento crónico tendencial, o aumento crónico anual, o aumento crónico na fase descendente do grande ciclo de Kondratieff e o aumento crónico em crise, cada um deles com ou sem agravamento, sendo a presença deste uma componente importante.⁽³⁾

e) O período I da inflação portuguesa manifesta-se pela existência de alta crónica tendencial de preço e salários; o período II pelo agravamento do fenómeno anterior e acumulação com alta crónica anual de preços e salários com agravamento; o período III pela acumulação aos aspectos anteriores a das altas crónicas de salários e preços com agravamento na fase B do grande ciclo e na crise; o, período de transição I é marcado pelo agravamento de dispersão de preços e salários e prelúdio da alta crónica anual dos salários com agravamento; o período de transição II é assinalado por novo agravamento da dispersão a todos os níveis, modificação do lag temporal entre variações de preços por grosso e no consumidor e, na fase final, pelos prelúdios da alta crónica em crise com agravamento.

Desta breve enumeração de elementos caracterizadores da inflação resulta com clareza uma conclusão: a inflação é a expressão estrutural das relações sociais de produção capitalistas cujas contradições com descontinuidades qualitativas, que são a expressão da reprodução dos sistema, tem conduzido a um seu agravamento.

2.2 E que políticas económicas têm sido desencadeadas com o objectivo expresso de combater a inflação? Esboçaremos nas linhas seguintes uma sumária resposta, tentando antes esclarecer algumas questões gerais de enquadramento da política anti-inflacionista, a saber; 1) uma actuação económica do Estado coerciva pressupõe a prévia existência da luta de classes e a sua expressão superestrutural; 2) tem sido quase sempre encarada numa perspectiva de curto prazo, numa escala de importância relativa face à crise e ao equilíbrio da balança de pagamento, ocupando não poucas vezes o último lugar. Estes dois aspectos estão interligados e a reduzida relevância reflecte, objectivamente, que a inflação comporta globalmente e a médio prazo vantagens para as classes sociais, ou seus extractos, dominantes. Se, mesmo assim existe uma intervenção é porque a dispersão reparte desigualmente as vantagens entre as diversas fracções do capital, podendo mesmo algumas sofrerem efeitos perversos e a conservação do sistema exige uma tranqui

lidade das massas populares.

Sem qualquer veleidade de sermos exaustivos e sem a pretensão de apresentarmos uma cronologia da legislação anti-inflacionista em Portugal, e muito menos na área da OCDE, faremos de seguida uma referência às medidas mais comuns durante a década de "70" e nos anos vividos da seguinte:

1) Contenção salarial ou crescimento da produtividade. A diversidade de políticas de rendimento é grande mas apresenta sistematicamente um elemento motor; a redução do crescimento do salário nominal, já que a actual correlação de forças e, em certa medida, o modelo de acumulação capitalista não permitem a sua redução absoluta, e diminuição do salário real⁽⁴⁾. Cumulativamente procura-se expandir a produtividade a taxas maiores⁽⁵⁾. Neste contexto se englobam as tentativas formais ou as práticas subtis conducentes ao pacto social regulador do comportamento dos salários e preços, os tectos salariais - sem dúvida a componente mais relevante da política económica portuguesa englobável neste ponto, continuadora de um forte intervencionismo estatal e expressão de uma grande debilidade económica do capital -, as indexações parciais - bastante vulgares nos países da OCDE, ora tomando como referência variáveis da Contabilidade Nacional ora do sector, ora ainda combinações das duas, tomando sempre como variáveis principais as taxas de crescimento dos preços e da produtividade, no nosso país apenas se tomou excepcionalmente esta como possibilidade de romper os tectos. Também a fixação dos preços de alguns bens essenciais à reprodução quotidiana da força de trabalho, tendo como contrapartida uma política de subsídios financiada por extractos sociais muito diferenciados, é no essencial uma medida de contenção dos salários. O crescimento da produtividade foi muito mais esparsamente encarado de forma directa - podendo-se referir algumas medidas visando o autofinanciamento e a sua aplicação, em legislação das sociedades ou políticas fiscais ou financeiras - assumindo-se vulgarmente a posição de que é uma consequência inevitável da redução do salário real, admitindo que o aumento da "eficácia marginal do capital" expandiria o investimento.

2) Contenção da massa monetária. A redução do crescimento da massa monetária é frequentemente considerada como uma medida indispensável à contenção da inflação, por vezes como medida de apoio, condição de eficácia das restantes. Nos últimos anos as elevações das taxas de redesconto e de juro, os plafonds de crédito, etc não têm tido como alvo a inflação, mas não deixaram de ser encarados como medidas favoráveis também nesse campo.

A OCDE tem frequentemente recomendado outro tipo de práticas, testadas em alguns dos seus países, tais como o equilíbrio orçamental, a diminuição por via fiscal do rendimento disponível, a redução dos impostos indirectos, enfim, a consideração da alta de preços em todo e qualquer política, nomeadamente nas sectorial e regional.

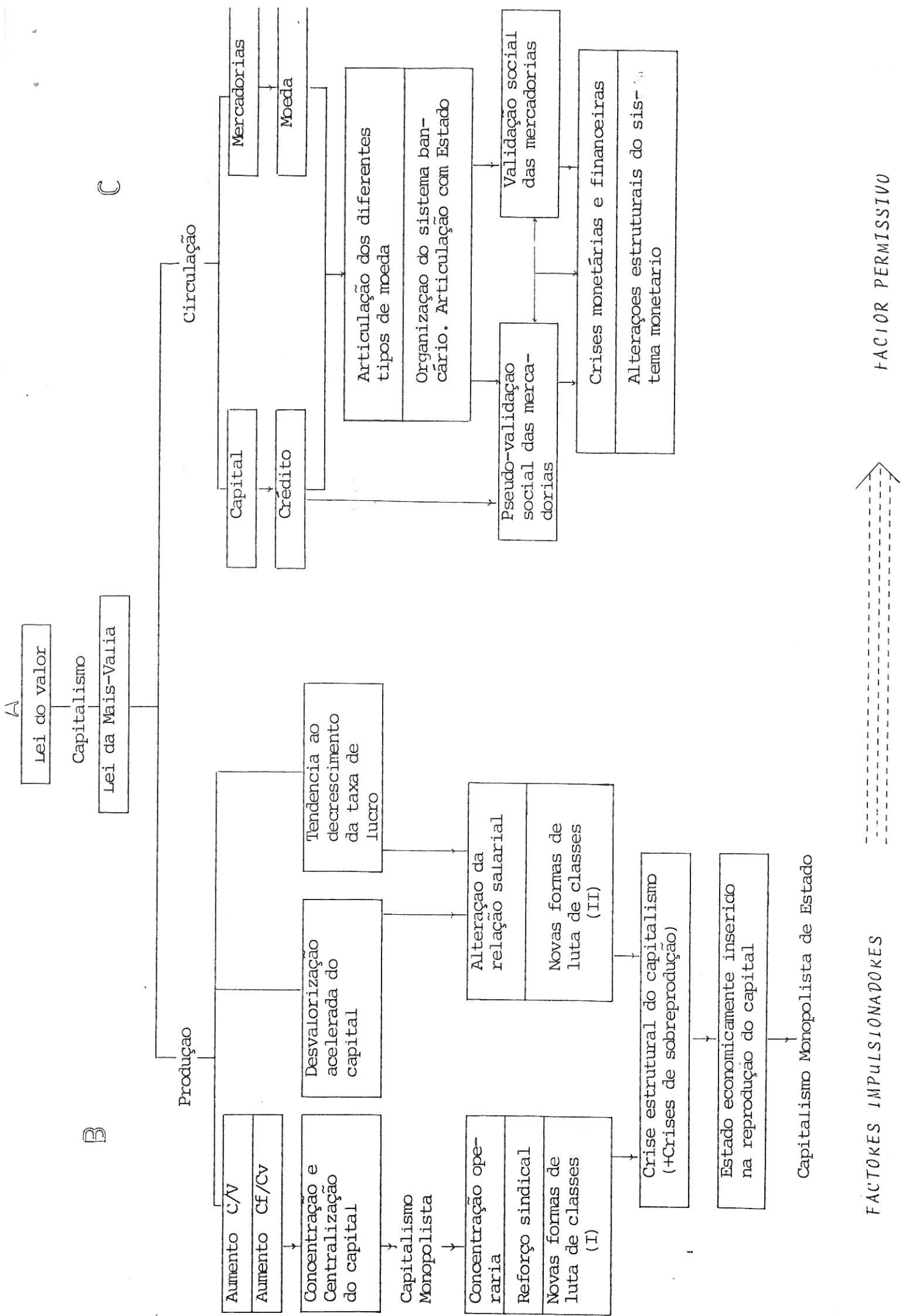
O resultado certo da globalidade destas actuações é a redução do mercado interno,

o atrofamento do desenvolvimento. Quanto à inflação ela tem continuado, prosseguindo no agravamento. Não negamos que as práticas referidas possam ter pontualmente alguns impactos atenuadores da elevação dos preços - a redução da massa monetária e do crédito entrava a validação e a pseudo-validação social das mercadorias, a fixação de salários e preços em sectores-chave das cadeias produtivas pode impedir impactos a juzante, a redução dos impostos indirectos traduz-se, por definição, em redução dos preços -, mas temos de reconhecer que são profundamente desajustadas em relação ao problema real da inflação. São-no por que têm uma deficiente concepção da sua natureza: 1) as medidas preconizadas só podem ser aplicadas durante um curto tempo quando a inflação é um fenómeno estrutural - é fácil aplicar medidas restritivas, nomeadamente de rendimentos, mas é difícil deixar de aplicá-las; 2) tomam como referência da inflação apenas a alta de preços e desprezam o que alguns autores designam por cripto-inflação, apenas captável pela simultânea consideração dos valores e dos preços; 3) desprezam as suas raízes profundas e modificando passageiramente algumas das manifestações de superfície deixam intactas as fontes daquelas e de outras - por exemplo podem dificultar a pseudo validação social das mercadorias mas sendo esta parte integrante do sistema monetário internacional capitalista e uma emanção das leis da acumulação numa fase de concentração e centralização do capital, a continuação daquelas acaba por fazer brotar a de outra forma. São-no porque as teorias económicas que lhes servem de substracto são erradas e mistificadoras. Erradas porque partem de pressupostos falsos e apresentam uma sequência conceptual deslocada em relação à dinâmica real do económico - são os casos da teoria quantitativa da moeda, incluindo a sua versão monetarista, das teorias da procura, na sua versão macro-económica tradicional ou apoiando-se na teoria do desequilíbrio, e dos custos⁽⁶⁾. Mistificadoras por que conduzem à passividade e ao fatalismo - é o caso da noção de "inflação importada"⁽⁷⁾. São-no porque o combate à inflação é frequentemente um pretexto para um conjunto de práticas com objectivos diferentes que se fossem expostos cruamente seriam profundamente impopulares. As teorias da inflação referidas dão-lhe a cobertura teórico-ideológica⁽⁸⁾. É nesse aspecto que temos vindo a insistir que "nos defrontamos com um duplo significado da Política anti-inflacionista": a) ideológico de desmobilização dos trabalhadores na luta contra o aumento do custo de vida - atribuindo a manutenção dos salários reais a razões inelutáveis ou ligando as suas únicas possibilidades de aumento à aceitação das regras de jogo da organização e reprodução do capital -, de ruptura entre eles (produtor/consumidor) e pretexto de contenção dos salários reais; b) de política económica anti-crise pela destruição de capital variável"⁽⁹⁾

Em síntese, se se pretende combater a inflação é necessário promover uma política económica profundamente diferente alicerçada na compreensão profunda da sua natureza estrutural e numa prática social e política inerente a interesses de classe contraditória com os actuais.

ESQUEMA

Este esquema visa apresentar os elementos fundamentais da explicação marxista da inflação.
Deve ser encarado como um modelo dinâmico em que cada relação tem o seu tempo próprio



FACTORES IMPULSIONADORES

FACILITADOR PERMISSIVO